

Três pontos para que o comércio de carbono atenda às necessidades brasileiras

Claudio Sales e Alexandre Uhlig* 9 horas atrás

O [Ministério de Minas e Energia](#) concluiu em fevereiro a consulta pública sobre a proposta para a consideração de benefícios ambientais no setor elétrico com diretrizes para o comércio de emissões de **Gases de Efeito Estufa (GEEs)** no formato *cap and trade*, segundo o qual (a) definem-se o teto de emissões por setor e as metas por agente; e (b) distribuem-se certificados referentes às emissões. Caso os agentes emitam menos que o limite estabelecido, a diferença pode ser vendida.

A partir da consulta pública, deve-se refletir sobre três pontos para que não seja criado um mercado de [carbono](#) que não atenderá às necessidades brasileiras:

1. Um comércio de carbono não pode ser limitado a um setor econômico. É indispensável a participação dos setores que mais podem reduzir emissões, como a mudança do uso da terra e a [agropecuária](#), que juntas emitem mais de 70% dos GEEs no Brasil.
2. Achar que o setor elétrico brasileiro pode reduzir muito suas emissões é um equívoco. A área tipicamente responde por apenas 2% das emissões e os aumentos estão associados à sazonalidade de recursos naturais e à opção feita nos anos 2000, quando abrimos mão de [hidrelétricas](#) com reservatórios. Atualmente, quando faltam recursos naturais para gerar eletricidade, é necessário acionar termoelétricas a combustíveis fósseis.
3. Deve haver pragmatismo na distribuição de certificados e na adicionalidade da redução de emissões.

A distribuição de certificados é feita para os emissores de GEEs juntamente com as metas de redução. No setor elétrico, é importante registrar que eles serão concedidos às [termoelétricas](#) fósseis, que poderão comercializar certificados se substituírem seu combustível por outros com menor emissão. É bom lembrar que, além de reduzir emissões, outros atributos – como sazonalização e confiabilidade – precisam ser garantidos, e é por isso que as termoelétricas desempenham papel relevante na operação do setor elétrico.

Quanto à adicionalidade, o desafio em uma matriz elétrica como a nossa, que já possui 80% de fontes renováveis, é manter essa participação. Isso implica que a expansão da oferta aqui precisará vir de, no mínimo, 80% de renováveis, um desafio – ironicamente – maior do que em países que partem de níveis muito menores dessas fontes.

Os pontos acima evidenciam a necessidade de reflexão abrangente e profunda porque o mercado de emissões brasileiro é muito diferente na origem e, portanto, sua construção precisa considerar essas particularidades.

**CLAUDIO SALES E ALEXANDRE UHLIG SÃO, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE E DIRETOR DE ASSUNTOS SOCIOAMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE DO INSTITUTO ACENDE BRASIL*